	<u> </u>	·
LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
LEGISLAÇÃO	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
	Altera o Programa de que trata a <u>Lei nº 13.189, de 19</u>	Altera o Programa de que trata a <u>Lei nº 13.189, de 19</u>
	de novembro de 2015, para denominá-lo Programa	de novembro de 2015, para denominá-lo Programa
	Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de	Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de
	vigência.	vigência.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	que lhe confere o <u>art. 62 da Constituição</u> , adota a	
	seguinte Medida Provisória, com força de lei:	
	Art. 1º O Programa de Proteção ao Emprego - PPE,	Art. 1º O Programa de Proteção ao Emprego - PPE,
	instituído pela <u>Lei nº 13.189, de 19 de novembro de</u>	instituído pela <u>Lei nº 13.189, de 19 de novembro de</u>
	2015, passa ser denominado Programa Seguro-	2015, passa ser denominado Programa Seguro-
	Emprego - PSE, como política pública de emprego	Emprego - PSE, como política pública de emprego
	ativa.	ativa.
	Parágrafo único. Os trabalhos técnico-administrativos	Parágrafo único. Os trabalhos técnico-administrativos
	do PSE cabem ao Ministério do Trabalho, observada a	do PSE cabem ao Ministério do Trabalho, observada a
	regulamentação por meio de ato do Poder Executivo	regulamentação por meio de ato do Poder Executivo
	federal.	federal.
Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015	Art. 2º A ementa da <u>Lei nº 13.189, de 2015</u> , passa a	Art. 2º A ementa da Lei nº 13.189, de 2015, passa a
	vigorar com as seguintes alterações:	vigorar com as seguintes alterações:
Institui o Programa de Proteção ao	"Institui o Programa <mark>Seguro-</mark> Emprego - <mark>PSE."</mark>	"Institui o Programa Seguro-Emprego - PSE."
Emprego - PPE.		
	Art. 3º A Lei nº 13.189, de 2015, passa a vigorar com	Art. 3º A Lei nº 13.189, de 2015, passa a vigorar com
	as seguintes alterações:	as seguintes alterações:
Art. 1º Fica instituído o Programa de	"Art. 1º Fica instituído o Programa Seguro-Emprego -	"Art. 1º Fica instituído o Programa Seguro-Emprego -
Proteção ao Emprego - PPE, com os	PSE, com os seguintes objetivos:	PSE, com os seguintes objetivos:
seguintes objetivos:		
Parágrafo único. O PPE consiste em ação	Parágrafo único. O <mark>PSE</mark> consiste em ação para auxiliar	Parágrafo único. O PSE consiste em ação para auxiliar
para auxiliar os trabalhadores na	os trabalhadores na preservação do emprego, nos	os trabalhadores na preservação do emprego, nos

	MEDIDA DROVICÓDIA NO 764 DE 22 DE DEZEMBRO	DROJETO DE LEI DE CONVERÇÃO NO 7. DE 2047
LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
1	termos do inciso II do caput do art. 2º da Lei nº	•
do inciso II do caput do art. 2º da Lei	7.998, de 11 de janeiro de 1990."	<u>de 11 de janeiro de 1990</u> ."
nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.		
Art. 2º Podem aderir ao PPE as empresas	"Art. 2º Podem aderir ao PSE as empresas de todos	"Art. 2º Podem aderir ao PSE as empresas de todos
de todos os setores em situação de	os setores em situação de dificuldade econômico-	os setores em situação de dificuldade econômico-
dificuldade econômico-financeira que	financeira que celebrarem acordo coletivo de	financeira que celebrarem acordo coletivo de
celebrarem acordo coletivo de trabalho	trabalho específico de redução de jornada e de	trabalho específico de redução de jornada e de
específico de redução de jornada e de	salário.	salário.
salário.		
§ 1º A adesão ao PPE pode ser feita até 31	§ 1º A adesão ao PSE pode ser feita junto ao	§ 1º A adesão ao PSE pode ser feita junto ao
de dezembro de 2016, e o prazo máximo	Ministério do Trabalho, até o dia 31 de dezembro de	Ministério do Trabalho, até o dia 31 de dezembro de
de permanência no programa é de vinte e	2017, observado o prazo máximo de permanência ^	2017, observado o prazo máximo de permanência de
quatro meses, respeitada a data de	de vinte e quatro meses, <mark>na forma definida em</mark>	vinte e quatro meses, na forma definida em
extinção do programa.	regulamento, respeitada a data de extinção do	regulamento, respeitada a data de extinção do
	Programa.	programa.
§ 2º Tem prioridade de adesão a empresa	§ 2º Tem prioridade de adesão a empresa que	§ 2º Tem prioridade de adesão, observados os
que demonstre observar a cota de pessoas	demonstre observar a cota de pessoas com	critérios definidos pelo Poder Executivo federal:
com deficiência.	deficiência <mark>, as microempresas e empresas de</mark>	
	pequeno porte, observados os critérios definidos	
	pelo Poder Executivo federal.	I – a empresa que demonstre observar a cota de
		pessoas com deficiência;
		II – as microempresas e empresas de pequeno porte;
		e
		III – a empresa que possua em seus quadros
		programa de reinserção profissional de egressos do
		sistema penitenciário.
	§ 3º As microempresas e as empresas de pequeno	§ 3º As microempresas e as empresas de pequeno

	-	
LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
LEGISLAÇÃO	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
	porte que aderirem ao PSE poderão contar com o	porte ^poderão contar com o apoio técnico do
	apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas
	e Pequenas Empresas - Sebrae." (NR)	Empresas – Sebrae <mark>, conforme disposto em</mark>
		regulamento. "
Art. 3º Poderão aderir ao PPE as empresas,	"Art. 3º Poderão aderir ao PSE as empresas que se	"Art. 3º Poderão aderir ao PSE as empresas que se
independentemente do setor econômico,	enquadrem nas condições estabelecidas pelo Comitê	enquadrem nas condições estabelecidas por ato do
nas condições estabelecidas em ato do	do Programa de Proteção ao Emprego, criado pelo	Poder Executivo federal, independentemente do
Poder Executivo e que cumprirem os	Decreto nº 8.479, de 6 de julho de 2015,	setor econômico, e que cumprirem os seguintes
seguintes requisitos:	independentemente do setor econômico, $^{\wedge}$ e que	requisitos:
	cumprirem os seguintes requisitos:	
II - apresentar solicitação de adesão ao PPE	II - apresentar <mark>, ao Ministério do Trabalho,</mark> solicitação	II - apresentar, ao Ministério do Trabalho, solicitação
ao órgão definido pelo Poder Executivo;	de adesão ao <mark>PSE^;</mark>	de adesão ao PSE;
VI - comprovar a situação de dificuldade	VI - comprovar a situação de dificuldade econômico-	V - comprovar a situação de dificuldade econômico-
econômico-financeira, fundamentada no	financeira, fundamentada no Indicador Líquido de	financeira, fundamentada no Indicador Líquido de
Indicador Líquido de Empregos - ILE,	Empregos - ILE, considerando-se nesta situação a	Empregos - ILE, considerando-se nesta situação a
considerando-se nesta situação a empresa	empresa cujo ILE <mark>seja</mark> igual ou inferior <mark>ao percentual</mark>	empresa cujo ILE seja igual ou inferior ao percentual
cujo ILE for igual ou inferior a 1% (um por	a ser definido em ato do Poder Executivo federal,	a ser definido em ato do Poder Executivo federal,
cento), apurado com base nas informações	apurado com base nas informações disponíveis no	apurado com base nas informações disponíveis no
disponíveis no Cadastro Geral de	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -
Empregados e Desempregados - CAGED,	CAGED, consistindo o ILE no percentual representado	CAGED, consistindo o ILE no percentual representado
sendo que o ILE consiste no percentual	pela diferença entre admissões e demissões	pela diferença entre admissões e demissões
representado pela diferença entre	acumulada nos doze <u>me</u> ses anteriores ao da	acumulada nos doze meses anteriores ao da
admissões e demissões acumulada nos	solicitação de adesão ao PSE dividida pelo número de	solicitação de adesão ao PSE dividida pelo número de
doze meses anteriores ao da solicitação de	empregados no mês anterior ao início desse período.	empregados no mês anterior ao início desse período.
adesão ao PPE dividida pelo número de		

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2017 (Aprovado na Comissão Mista)
empregados no mês anterior ao início		(process of the control of the cont
desse período.		
		§ 1º Para fins do disposto no inciso IV do caput, em
		caso de solicitação de adesão por filial de empresa,
		pode ser considerado o tempo de registro no CNPJ da
		matriz.
·	§ 2º A regularidade de que trata o inciso V do caput	
	deverá ser observada durante ^ o período de adesão	
·	ao <mark>PSE</mark> , como condição para permanência no	
condição para permanência no programa.	Programa.	
	•	§ 2º No cálculo do indicador de que trata o inciso V
		do caput, não serão computados os eventos de
		transferência por entrada, de transferência por saída
	e de admissão ou desligamento de aprendizes." (NR)	
Art. 4º Os empregados de empresas que	"Art. 4º Os empregados de empresas que aderirem	"Art. 4º Os empregados de empresas que aderirem
aderirem ao PPE e que tiverem seu salário	ao <mark>PSE</mark> e que tiverem <mark>o </mark> seu salári <mark>o</mark> reduzido, nos	ao PSE e que tiverem o seu salário reduzido, nos
reduzido, nos termos do art. 5º, fazem jus	termos do art. 5º, fazem jus <mark>à</mark> compensação	termos do art. 5º, fazem jus à compensação
	li,	pecuniária equivalente a cinquenta por cento do
equivalente a 50% (cinquenta por cento)	valor da redução salarial e limitada a ^ sessenta e	valor da redução salarial e limitada a sessenta e cinco
do valor da redução salarial e limitada a	cinco por cento do valor máximo da parcela do	por cento do valor máximo da parcela do seguro-
65% (sessenta e cinco por cento) do valor	seguro-desemprego, enquanto perdurar o período de	desemprego, enquanto perdurar o período de
máximo da parcela do seguro-desemprego,	redução temporária da jornada de trabalho.	redução temporária da jornada de trabalho.
enquanto perdurar o período de redução		"
temporária da jornada de trabalho.		

Art. 5º O acordo coletivo de trabalho específico para adesão ao PPE, celebrado entre a empresa e o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. No período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o prorr			
Art. 5º O acordo coletivo de trabalho específico para adesão ao PFE, celebrado entre a empresa e o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. V - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. V- trabalho específico para adesão ao PSE, celebrado entre a empresa e o sindicato de trabalho específico para adesão ao PSE, celebrado entre a empresa e o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. V - período pretendido de adesão ao PSE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, verpresentantes do empregador e dos emp	I EGISI AÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
específico para adesão ao PPE, celebrado entre a empresa e o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. V - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; V - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. V - período pretendido de adesão ao PSE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; V - constituição de comissão paritária, composta por composta por representantes do empregador e dos empregador e dos empregador e dos empregador e dos cordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	LEGISLAÇÃO	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
entre a empresa e o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. IV - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. Sindicato de trabalhadores representativo da atividade econômica preponderante da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 1 trinta por cento a empresa, pode reduzir em até 4 trinta por cento a jornada e o salário. VI - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	Art. 5º O acordo coletivo de trabalho	"Art. 5º O acordo coletivo de trabalho específico para	"Art. 5º O acordo coletivo de trabalho específico para
trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante da da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. V - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; V - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	específico para adesão ao PPE, celebrado	adesão ao <mark>PSE</mark> , celebrado entre a empresa e o	adesão ao PSE, celebrado entre a empresa e o
da atividade econômica preponderante da empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. V - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; V - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. V - período pretendido de adesão ao PSE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	entre a empresa e o sindicato de	sindicato de trabalhadores representativo da	sindicato de trabalhadores representativo da
empresa, pode reduzir em até 30% (trinta por cento) a jornada e o salário. VI - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - período pretendido de adesão ao PSE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	trabalhadores representativo da categoria	categoria da atividade econômica preponderante da	categoria da atividade econômica preponderante da
por cento) a jornada e o salário. N - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser períodos de seis meses, podendo ser períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - período pretendido de adesão ao PSE e redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	da atividade econômica preponderante da	empresa, pode reduzir em até ^ trinta por cento a	empresa, pode reduzir em até trinta por cento a
IV - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. IV - período pretendido de adesão ao PSE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. § 1º	empresa, pode reduzir em até 30% (trinta	jornada e o salário.	jornada e o salário.
IV - período pretendido de adesão ao PPE e de redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. IV - período pretendido de adesão ao PSE e redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto microempresas e empresas de pequeno porte.	por cento) a jornada e o salário.		
de redução temporária da jornada de trabalho, que deve trabalho, que deve trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.		§ 1º	§ 1º
de redução temporária da jornada de trabalho, que deve trabalho, que deve trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. redução temporária da jornada de trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.			
trabalho, que deve ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; NI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. ter duração de até seis meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto mas microempresas e empresas de pequeno porte.	IV - período pretendido de adesão ao PPE e	IV - período pretendido de adesão ao <mark>PSE</mark> e de	IV - período pretendido de adesão ao PSE e de
meses, podendo ser prorrogado por períodos de seis meses, desde que o períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. Di prorrogado por períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; WI - constituição de comissão paritária, composta representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	de redução temporária da jornada de	redução temporária da jornada de trabalho, que deve	redução temporária da jornada de trabalho, que deve
períodos de seis meses, desde que o período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	trabalho, que deve ter duração de até seis	ter duração de até seis meses, podendo ser	ter duração de até seis meses, podendo ser
período total não ultrapasse vinte e quatro meses; VI - constituição de comissão paritária, composta por composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	meses, podendo ser prorrogado por	prorrogado por períodos de seis meses, desde que o	prorrogado por períodos de seis meses, desde que o
VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	períodos de seis meses, desde que o	período total não ultrapasse vinte e quatro meses;	período total não ultrapasse vinte e quatro meses;
VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto microempresas e empresas de pequeno porte.	período total não ultrapasse vinte e quatro		
VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. VI - constituição de comissão paritária, composta representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto microempresas e empresas de pequeno porte.	meses;		
composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.			
empregador e dos empregados abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	VI - constituição de comissão paritária,	VI - constituição de comissão paritária, composta por	VI - constituição de comissão paritária, composta por
pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.			
cumprimento do acordo e do programa, microempresas e empresas de pequeno porte. exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte. microempresas e empresas de pequeno porte.	empregador e dos empregados abrangidos	abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o	abrangidos pelo PSE, para acompanhar e fiscalizar o
exceto nas microempresas e empresas de pequeno porte.	pelo PPE, para acompanhar e fiscalizar o	cumprimento do acordo e do <mark>P</mark> rograma, exceto nas	cumprimento do acordo e do Programa, exceto nas
pequeno porte.	cumprimento do acordo e do programa,	microempresas e empresas de pequeno porte.	microempresas e empresas de pequeno porte.
	exceto nas microempresas e empresas de		
§ 2º O acordo coletivo de trabalho § 2º O acordo coletivo de trabalho específico de que § 2º O acordo coletivo de trabalho específico de que	pequeno porte.		
	§ 2º O acordo coletivo de trabalho	§ 2º O acordo coletivo de trabalho específico de que	§ 2º O acordo coletivo de trabalho específico de que
específico de que trata este artigo não trata este artigo não disporá sobre outras condições trata este artigo não disporá sobre outras condiç	específico de que trata este artigo não	trata este a <mark>rtigo não disporá sobre outras condições</mark>	trata este artigo não disporá sobre outras condições
disporá sobre outras condições de de trabalho que não aquelas decorrentes da adesão de trabalho que não aquelas decorrentes da ade	disporá sobre outras condições de	de trabalho que não aquelas decorrentes da adesão	de trabalho que não aquelas decorrentes da adesão

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017 (Aprovado na Comissão Mista)
trabalho.	ao PSE.	ao PSE.
microempresa ou empresa de pequeno	microempresa ou empresa de pequeno porte deverá demonstrar individualmente o cumprimento dos	§ 7º Para fins do disposto no § 4º, cada microempresa ou empresa de pequeno porte deverá demonstrar individualmente o cumprimento dos requisitos exigidos para adesão ao PSE, com o apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.
	abrangidos pelo Programa de que tratam os incisos I e II do § 1º e a redução do percentual de que trata o inciso III do § 1º poderão ser alterados durante o período de adesão ao Programa, dispensada a	§ 9º O número total de trabalhadores e de setores abrangidos pelo Programa de que tratam os incisos I e II do § 1º e a redução do percentual de que trata o inciso III do § 1º poderão ser alterados durante o período de adesão ao Programa, desde que aprovado em assembleia dos trabalhadores abrangidos pelo programa, dispensada a formalização de termo aditivo ao acordo, observados os critérios a serem estabelecidos em ato do Poder Executivo Federal."
Art. 6º A empresa que aderir ao PPE fica proibida de:	"Art. 6º A empresa que aderir ao PSE fica proibida de:	"Art. 6º A empresa que aderir ao PSE fica proibida de:
causa os empregados que tiverem sua jornada de trabalho temporariamente reduzida enquanto vigorar a adesão ao PPE	empregados que tiverem sua jornada de trabalho	temporariamente reduzida enquanto vigorar a

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017 (Aprovado na Comissão Mista)
II - contratar empregado para executar, total ou parcialmente, as mesmas		
atividades exercidas por empregado		
abrangido pelo programa, exceto nas		
hipóteses de:		
a) reposição;		
b) aproveitamento de concluinte de curso		
de aprendizagem na empresa, nos termos		
do art. 429 da Consolidação das Leis do		
Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.		
110 5.452, de 10 de 111alo de 1945.	c) efetivação de estagiário;	c) efetivação de estagiário;
	d) contratação de pessoas com deficiência; e	d) contratação de pessoas com deficiência ou idosas;
	a, contratação de pessoas com deficiencia, e	e
		e) contratação de egresso dos sistemas prisional e de
	medidas socioeducativas.	medidas socioeducativas.
•	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	§ 1º Nas hipóteses de contratação previstas no inciso
•		II do caput, o empregado deve ser abrangido pelo
caput, o empregado deve ser abrangido pelo acordo coletivo de trabalho	•	acordo coletivo de trabalho específico.
pelo acordo coletivo de trabalho específico.		
especifico.		
Art. 7º A empresa pode denunciar o PPE a	"Art. 7º A empresa pode denunciar o PSE a qualquer	"Art. 7º A empresa pode denunciar o PSE a qualquer
	the contract of the contract o	momento, desde que comunique o ato ao sindicato
o ato ao sindicato que celebrou o acordo	que celebrou o acordo coletivo de trabalho	que celebrou o acordo coletivo de trabalho
•	l · ·	específico, aos seus trabalhadores e ao Poder
trabalhadores e ao Poder Executivo, com	Executivo federal, com antecedência mínima de	Executivo federal, com antecedência mínima de

LECICIAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
LEGISLAÇÃO	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
antecedência mínima de trinta dias,	trinta dias, demonstrando as razões e a superação da	trinta dias, demonstrando as razões e a superação da
demonstrando as razões e a superação da	situação de dificuldade econômico-financeira.	situação de dificuldade econômico-financeira.
situação de dificuldade econômico-		
financeira.		
	§ 2º Deve ser mantida a garantia de emprego, nos	
	termos da adesão original ao <mark>PSE</mark> e <mark>aos </mark> seus	
PPE e seus acréscimos.	acréscimos.	acréscimos.
•	§ 3º Somente após seis meses da denúncia, pode a	•
i.	empresa aderir novamente ao PSE, caso demonstre	•
•	que enfrenta nov <mark>a sit</mark> uação de dificuldade	·
situação de dificuldade econômico-	econômico-financeira <mark>." (NR)</mark>	econômico-financeira."
financeira.		
•	"Art. 8º Fica excluída do <mark>PSE</mark> e impedida de aderir ao	"Art. 8º Fica excluída do PSE e impedida de aderir ao
aderir ao programa novamente a empresa	Programa novamente a empresa que:	Programa novamente a empresa que:
que:		
II - cometer fraude no âmbito do PPE; ou		II - cometer fraude no âmbito do PSE, assim
		entendida como a situação em que empresa obtiver,
		para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo
		alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro,
		mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio
		fraudulento, relativamente ao Programa, como atos
		praticados quanto à burla das condições e dos
		critérios para adesão e permanência no Programa,
	fornecimento de informações não verídicas,	fornecimento de informações não verídicas,

15001463	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
LEGISLAÇÃO	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
	apresentação de documentos falsos ou desvio dos	apresentação de documentos falsos ou desvio dos
	recursos da compensação financeira do Programa	recursos da compensação financeira do Programa
	destinada aos empregados abrangidos; ou	destinada aos empregados abrangidos; ou
§ 1º A empresa que descumprir o acordo	§ 1º A empresa que de <mark>scu</mark> mprir o acordo coletivo ou	§ 1º A empresa que descumprir o acordo coletivo ou
coletivo ou as normas relativas ao PPE fica	as normas relativas ao PSE fica obrigada a restituir ao	as normas relativas ao PSE fica obrigada a restituir ao
obrigada a restituir ao FAT os recursos	FAT os recursos recebidos, devidamente corrigidos, e	FAT os recursos recebidos, devidamente corrigidos, e
recebidos, devidamente corrigidos, e a	a pagar multa administrativa correspondente a ^ cem	a pagar multa administrativa correspondente a cem
pagar multa administrativa correspondente	por cento desse valor, calculada em dobro no caso	por cento desse valor, calculada em dobro no caso de
a 100% (cem por cento) desse valor,	de fraude, a ser aplicada conforme o Título VII da	fraude, a ser aplicada conforme o Título VII da
•	, ,	Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada
ser aplicada conforme o Título VII da	pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e	pelo <u>Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</u> , e
Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,	revertida ao FAT.	revertida ao FAT.
aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º		
de maio de 1943, e revertida ao FAT.		
	The state of the s	§ 3º Para fins da correção dos recursos de que trata o
	§ 1º, o valor a ser restituído ao FAT, por ocasião do	§ 1º, o valor a ser restituído ao FAT, por ocasião do
	pagamento, será acrescido de juros equivalentes à	pagamento, será acrescido de juros equivalentes à
	taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e	taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e
	de Custódia - Selic para títulos federais, calculada na	de Custódia - Selic para títulos federais, calculada na
	forma de capitalização simples, ou seja, pela soma	forma de capitalização simples, ou seja, pela soma
	aritmética dos valores mensais da taxa Selic,	aritmética dos valores mensais da taxa Selic,
	·	adicionando-se um por cento no último mês de
	atualização e utilizando-se para o cálculo do débito o	atualização e utilizando-se para o cálculo do débito o
	Sistema Débito Web disponibilizado no sítio	Sistema Débito Web disponibilizado no sítio
	eletrônico do Tribunal de Contas da União." (NR)	eletrônico do Tribunal de Contas da União."

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (Elaboração: 19/04/2017 10:20)

LEGISLAGÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
LEGISLAÇÃO	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
Art. 11. O PPE extingue-se em 31 de	"Art. 11. O PSE extingue-se em 31 de dezembro de	"Art. 11. O PSE extingue-se em 31 de dezembro de
dezembro de 2017.	2018." (NR)	2018."
	"Art. 11-A. Até o final do mês de fevereiro dos anos	"Art. 11-A. Até o final do mês de fevereiro de cada
	de 2017 e de 2018, o Poder Executivo federal	exercício, o Poder Executivo federal estabelecerá o
	estabelecerá o limite máximo anual para as despesas	limite máximo anual para as despesas totais do PSE,
	totais do PSE, observados os parâmetros econômicos	observados os parâmetros econômicos oficiais
	oficiais utilizados na gestão fiscal.	utilizados na gestão fiscal.
	§ 1º Para fins de estimativa do cálculo das despesas	§ 1º Para fins de estimativa do cálculo das despesas
	totais referidas no caput , será considerado o	totais referidas no caput, será considerado o
	somatório do estoque de benefícios concedidos com	somatório do estoque de benefícios concedidos com
	os novos benefícios a serem desembolsados no	os novos benefícios a serem desembolsados no
	<mark>exercício.</mark>	exercício.
	§ 2º A gestão fiscal de que trata o caput compreende	§ 2º A gestão fiscal de que trata o caput compreende
	a elaboração dos orçamentos anuais e as avaliações	a elaboração dos orçamentos anuais e as avaliações
	de receitas e despesas para cumprimento do art. 9º	de receitas e despesas para cumprimento do art. 9º
	<mark>da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.</mark>	da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
	· ·	§ 3º O Poder Executivo federal, por meio de
		regulamento, poderá fixar orçamento do PSE
		dedicado exclusivamente a microempresas e
	empresas de pequeno porte." (NR)	empresas de pequeno porte."
		"Art. 11-B. O Ministério do Trabalho enviará
	semestralmente, pelo período de duração do PSE,	semestralmente, pelo período de duração do PSE,
	aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento,	aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento,
		Desenvolvimento e Gestão e à Casa Civil da
		Presidência da República, informações que permitam
	· ·	avaliar a efetividade do PSE como política pública em
	relação aos objetivos pretendidos." (NR)	relação aos objetivos pretendidos."

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA № 761, DE 22 DE DEZEMBRO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 7, DE 2017
LEGISLAÇAU	DE 2016	(Aprovado na Comissão Mista)
	Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua
	de sua publicação.	publicação.

